



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8



A comunicação na sala de aula: será a cultura um obstáculo à comunicação? Uma perspectiva a partir da comunicação intercultural

JOSÉ M. C. BELO

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (U.T.A.D.) ~ jbelo@utad.pt

Resumo:

As entidades culturais são cada vez menos homogéneas, estáveis e distintas entre si. Temos de reconhecer que a comunicação num contexto heterogéneo, em termos de identidade cultural, social, idade ou género, não acontece de maneira idêntica ao que acontecia num contexto homogéneo.

Num dado contexto, a comunicação é regulada, entre outros aspectos, pelo conhecimento partilhado e a aceitação dos códigos relevantes. O peso da tradição e a coesão social contribuem para estabilizar os processos de comunicação e, portanto, minimizar ou prevenir a transgressão dos códigos. Mas, hoje, cada vez mais, como resultado da diversidade de experiências e de influências mútuas entre grupos culturais, a polissemia deixou de ser um acidente ou uma excepção, tornou-se a norma.

O fenómeno designado como globalização tem dado origem a posicionamentos favoráveis ou contrários muito diversos. No âmbito dos estudos e da investigação em Comunicação essas posições são também muito frequentes e tem sido nesse quadro que a investigação sobre comunicação intercultural tem vindo a conhecer um desenvolvimento assinalável cujos resultados penetram as mais diversas esferas desde a educacional à económica.

Este artigo aborda a comunicação na sala de aula enquanto fenómeno comunicativo intercultural, ou seja, enquanto actividade eminentemente cultural. Porém, pretende também questionar a consideração da eventual novidade do fenómeno; é que, do nosso ponto de vista, a actividade didáctica deverá sempre ter em conta o culturalismo da situação didáctica, isto é, a multiplicidade de formas culturais desde sempre representadas por professores e alunos e pelos discursos veiculados por cada um deles.

Com recurso a propostas decorrentes de alguma sociologia da educação (Bernstein, 1971 e 1996) e aproveitando referências provenientes da investigação em comunicação intercultural (Gudykunst & Kim, 1984; Sarbaugh, 1988), em sociolinguística (Gumperz, 1981 e 1984) e em etnografia da comunicação (Hymes, 1974; Philipsen, 1989), acreditamos poder mostrar que não se trata tanto da emergência de um novo paradigma mas da constatação de uma antiga realidade a de que, em última análise, toda a comunicação é comunicação intercultural e, nesse sentido, também a comunicação didáctica assim pode ser considerada.

Palavras-chave:

Comunicação, didáctica, cultura, intercultural.

Algumas breves reflexões sobre a noção de cultura

A palavra 'cultura' é frequentemente usada de modo algo vago na linguagem quotidiana para descrever um certo número de noções completamente distintas. Existem, literalmente, centenas de definições de cultura e a palavra pode ser, e é certamente, usada para descrever 'ideias' como 'cultura organizacional', 'artes e cultura' e mesmo 'cultura caseira, doméstica ou familiar'. Subjacente a estes termos ou expressões está a ideia de que cultura é uma entidade abstracta que envolve um certo número de artefactos, valores, padrões comportamentais e outros aspectos, geralmente produzidos por seres humanos, colectivos e partilhados. A um nível básico, o termo 'cultura' tem sido usado para descrever as maneiras de agir e de pensar de um grupo de pessoas. Hofstede (1994: 5) definiu cultura como "a programação colectiva da mente que distingue o membro de um grupo ou categoria de pessoas de outro". Trata-se de uma ideia interessante na medida em que permite considerar a diversidade de personalidades individuais no quadro de qualquer cultura. Por outro lado, Banks & McGee-Banks (1989) oferecem uma perspectiva interessante para os objectivos que temos em mente ao defenderem a ideia de que, actualmente, a maioria dos investigadores sociais encara a cultura como consistindo primeiramente nos aspectos simbólicos, ideacionais e intangíveis das sociedades humanas. Nesse sentido, a essência de uma cultura não será os seus artefactos, ferramentas ou outros elementos culturais tangíveis mas o modo como os membros do grupo os interpretam, usam e percebem, isto é, são os valores, símbolos, interpretações e perspectivas que distinguem uma pessoa de outra nas sociedades modernas. Nesse quadro, as pessoas, dentro de uma dada cultura, tenderão a interpretar o significado dos símbolos, artefactos e comportamentos da mesma maneira ou de maneiras semelhantes.

Este papel interpretativo da cultura pode ser especialmente importante ao considerar a interacção ou reacção a produtos criados em ambientes culturais diferentes.

Por outro lado, Philipsen (1992) afirma que *cultura* é um padrão de símbolos, significados, premissas e regras socialmente construído e historicamente transmitido e, nesse contexto, considera os símbolos como veículos para concepção, as premissas relaciona-as com a existência de valores e as regras são entendidas como prescrições normativas, pelo que, conclui, uma cultura conceptualiza certas coisas, atribui símbolos a esses conceitos, estabelece crenças e valores, e prescreve ou proíbe acções.

Uma visão sociolinguística

Num outro plano, uma das teorias sociolinguísticas mais divulgadas e discutidas é, certamente, a de Basil Bernstein sobre os códigos elaborados e restritos. Esta teoria mostra como a estrutura da língua empregada nas conversas diárias reflecte e dá forma aos pressupostos e crenças de um grupo social. Bernstein está especialmente interessado na classe social e nas maneiras como o sistema de classes cria diferentes tipos de linguagem e é mantido através da linguagem.

O pressuposto básico desta teoria é que as relações estabelecidas num grupo social afectam o tipo de discurso usado pelo grupo. Ao mesmo tempo, a estrutura do discurso usado por um grupo torna coisas diferentes relevantes ou significativas. Isso acontece porque grupos diferentes têm prioridades diferentes, e a língua emerge a partir do que é necessário para manter relações dentro do grupo. Isto é, as pessoas aprendem o seu lugar no mundo por via dos códigos linguísticos que empregam.

Para Bernstein (1971), o papel e a língua formam um conjunto. Os tipos dos papéis que as crianças aprendem são reforçados pelo tipo de língua empregado nas agências de socialização, especialmente a família. O termo *código* refere-se a um conjunto de princípios organizadores por trás da língua empregado por membros de um grupo social e, assim, duas crianças que falem português,

por exemplo, poderão empregar códigos muito diferentes porque a natureza e a organização de sua fala são diferentes.

A teoria de Bernstein centra-se em dois códigos — o elaborado e o restrito. Uma diferença preliminar entre os tipos de grupos que usam estes dois códigos é o seu grau de abertura. O código elaborado é característico de um sistema aberto de papéis, ao passo que o código restrito é mais comum num sistema fechado de papéis.

O quadro seguinte apresenta uma caracterização e sistematização do que acabamos de referir:

Códigos elaborado e restrito e sistema de papéis segundo Bernstein	
código elaborado	Fornecer uma escala ampla de maneiras diferentes para dizer algo, o que permite aos falantes tornar mais explícitas as suas ideias e intenções. Porque é mais complexo, o código elaborado requer mais planeamento, o que explica porque os falantes podem fazer mais pausas e parecem pensar enquanto falam. É apropriado nos grupos em que as perspectivas não são compartilhadas. Aqui, requer-se que as pessoas elaborem sobre o que significam. É orientado para categorias individualizadas que outros podem não compartilhar. É usado pelos falantes que valorizam a individualidade acima da identificação de grupo. Porque a intenção dos falantes não pode ser inferida a partir do seu papel, estes têm que ser capazes de se expressar individualmente com algum detalhe.
sistema aberto de papéis (open-role system)	É aquele que expande o número das alternativas para os indivíduos no grupo. Os papéis não são categóricos nem simples; são individualizados e negociados, fluidos e mutáveis. Nesse quadro, pode existir uma compreensão pouco compartilhada da identidade de uma pessoa dentro de um sistema aberto, e é necessário um código elaborado para a comunicação ocorrer neste sistema.
código restrito	Tem uma escala mais estreita de opções, e é mais fácil prever que forma irá tomar. Este código não permite aos falantes expandir ou elaborar muito sobre aquilo que significam ou pretender transmitir. É apropriado nos grupos em que há um conjunto fortemente compartilhado de pressupostos e pouca necessidade de elaborar sobre o que se pretende significar. É orientado para categorias sociais em que todas as pessoas possuem o mesmo significado.
sistema fechado de papéis (closed-role system)	É aquele que reduz o número de alternativas para os participantes. Os papéis estão definidos e as pessoas são vistas em termos desses papéis. Esta compreensão de quem as pessoas são e de como devem comportar-se dá forma à base de um conhecimento comum dentro do grupo. Devido a este significado compartilhado no grupo, não é necessária uma língua elaborada e, assim, não cultivada ou aprendida.

Dois factores principais contribuem para o desenvolvimento de um código elaborado ou restrito dentro de um sistema. O primeiro é a natureza das principais agências de socialização dentro do sistema, incluindo a família, grupo de colegas, escola e trabalho. Quando e onde a estrutura destes grupos está bem definida em termos de papéis fixos, é provável que se desenvolva um código restrito. Quando a estrutura dos grupos está menos definida e tem papéis fluidos, é mais provável que seja criado um código elaborado. O segundo factor são os valores. As sociedades pluralistas que valorizam a individualidade promovem códigos elaborados, enquanto as sociedades mais estreitas ou fechadas promovem códigos restritos.

Parece que os códigos estão fortemente associados à classe social. Bernstein diz que os membros da classe média usam ambos os tipos de sistemas. Podem, por exemplo, estar expostos a papéis abertos em casa mas a outros um tanto fechados no local de trabalho. Grupos de colegas/amigos podem usar papéis fechados, ao passo que a escola tende a usar papéis abertos.

Porém, é menos provável que os membros das classes trabalhadoras usem códigos elaborados. Para os indivíduos das classes trabalhadoras, os valores e os sistemas de papéis reforçam os códigos restritos.

Os códigos elaborados proporcionam poder porque permitem aos falantes adaptar-se a uma ampla gama de audiências e apelam *extensamente* a tipos diferentes de pessoas. Por outro lado, os códigos elaborados podem ser alienantes porque separam "sentimento de pensamento, o self do

outro, a crença privada da obrigação relativa ao papel." Embora reconheça as limitações da fala restrita, Bernstein não a desvaloriza, no entanto, nota que aqueles que detêm poder na sociedade desvalorizam frequentemente este tipo de discurso, o que perpetua ainda mais o sistema de classes.

A escola enquanto local, e a sala de aula em particular, pode ser concebida como um momento de um sistema sociocultural. Em termos de interação, todos esses locais se caracterizam por uma forma específica de articulação de dois modos de actividade social. Por um lado, a actividade pedagógica que envolve um transmissor, um receptor e um conteúdo privilegiado a respeito do qual os princípios de avaliação de textos ou performances residem no transmissor. Por outro lado, uma actividade de troca em que os princípios de avaliação estão localizados no receptor (em quem adquire). Na relação pedagógica são transmitidos conteúdos classificados fortes; nas relações de troca são transmitidos conteúdos classificados fracos. A distribuição destas relações constitui diferenciação dentro da escola e será por esse facto que Bernstein (1996: 42) refere que

"O dispositivo linguístico e o dispositivo pedagógico se tornam locais para apropriação, conflito e controlo. (...) No caso do dispositivo pedagógico, mas não no caso do dispositivo linguístico, é possível ter um resultado (outcome), uma forma de comunicação que pode subverter as regras fundamentais do dispositivo."

O contributo da etnografia da comunicação

A etnografia da comunicação consiste na aplicação de métodos etnográficos aos padrões de comunicação de um grupo. Aqui, o intérprete tenta dar sentido às formas de comunicação empregadas pelos membros do grupo ou da cultura.

Gerry Philipsen (1989) isolou quatro pressupostos da etnografia da comunicação: 1) os participantes numa comunidade cultural local criam significados compartilhados - usam códigos que têm algum grau de compreensão comum; 2) os comunicadores em qualquer grupo cultural têm que coordenar as suas acções - deve haver alguma ordem ou sistema relativamente ao que é feito na comunicação; 3) significados e acções são particulares aos grupos individuais, isto é, diferem de cultura para cultura. 4) não só os códigos e os padrões comportamentais variam de grupo para grupo, mas cada grupo tem também as suas próprias maneiras de compreensão de determinados códigos e acções.

O criador desta tradição investigativa foi o antropólogo Dell Hymes (1974) que sugeriu que a linguística formal, por si só, não é suficiente para chegar a uma completa compreensão da língua porque ignora as maneiras muito variáveis como a língua é usada na comunicação quotidiana. As culturas comunicam de diferentes maneiras, mas todas as formas de mensagens requerem um código compartilhado, comunicadores que conheçam e usem o código, um canal, um cenário, uma forma de mensagem, um tema e um evento criado pela transmissão da mensagem. Qualquer coisa pode qualificar-se como uma mensagem desde que seja construída e interpretada como tal por falantes nativos.

Um outro etnógrafo da comunicação, Donal Carbaugh (1990: 1-9), refere que a etnografia da comunicação trata de, pelo menos, três tipos de problemas: 1) descobrir o tipo de *identidade compartilhada* criada pela comunicação na comunidade cultural, sendo que essa identidade é um conjunto comum de qualidades com as quais a maioria dos membros da comunidade se identifica; 2) descobrir os significados compartilhados de desempenhos públicos vistos no grupo, ou seja, que é que constitui a comunicação no quadro da cultura e que significados evocam as diversas exposições? 3) explorar as contradições, ou paradoxos, do grupo ou como é que estes são geridos através da comunicação? Como é que, por exemplo, pode uma cultura tratar os seus membros como indivíduos e ao mesmo tempo proporcionar um sentido de comunidade? Como se pode garantir a autonomia e,

simultaneamente, manter a autoridade? Como se podem ensinar papeis e, ao mesmo tempo, instilar ideais de liberdade?

Ao atacar estes problemas etnográficos, perseguem-se três tipos de questões: a) as *questões relativas a normas* que indagam as maneiras como a comunicação é usada para estabelecer um conjunto de padrões e as formas como as noções de certo e de errado afectam os padrões de comunicação; b) as *questões relativas a formas* que olham para os tipos de comunicação usados na sociedade, isto é, que comportamentos contam como comunicação e como são organizados? c) as *questões relativas a códigos culturais* que pretendem chamar a atenção para os significados dos símbolos e comportamentos usados como comunicação na comunidade cultural.

Hymes elaborou o modelo SPEAKING para ajudar na pesquisa de códigos de fala em comunidades de fala específicas e as letras da sigla indicam as características seguintes: Situation (cenário ou cena) Participants (análise de personalidades e posições ou relações sociais) Ends (objectivos e resultados) Acts (formam, conteúdo, etc.. da mensagem) Key (tom ou modo) Instrumentalities (canais ou modalidades usadas) Norms (quadro estrutural para produzir e processar mensagens) Genre (tipo de interacção). É nesse contexto que o mesmo autor (Hymes, 1974: 29-66) sugere um conjunto de nove categorias que podem usar-se para comparar diferentes culturas:

1. *Maneiras de falar*, ou padrões de comunicação familiares para os membros do grupo;
2. *Ideal do falante fluente*, ou aquilo que constitui um comunicador exemplar;
3. *Comunidade de fala*, ou o próprio grupo e os seus limites;
4. *Situação de fala*, ou aqueles momentos em que a comunicação é considerada adequada na comunidade;
5. *Evento de fala*, ou os episódios considerados como comunicação para os membros do grupo;
6. *Acto de fala*, ou um conjunto específico de comportamentos tomado como uma instância da comunicação no quadro de um evento de fala;
7. *Componentes dos actos de fala*, ou aquilo que o grupo considera serem os elementos de um acto comunicativo;
8. *As regras da fala na comunidade*, ou as linhas orientadoras ou padrões através dos quais o comportamento comunicativo é avaliado;
9. *As funções da fala na comunidade*, ou aquilo que se crê que a comunicação consegue realizar.

Este conjunto de conceitos não é mais do que uma lista de categorias através da qual se podem comparar diversas culturas.

Na sequência de Hymes, Philipsen (1992) considera que uma comunidade de fala é um universo discursivo com um padrão de significação e acção distintivo e organizado. Na extensiva investigação que realizou, Philipsen focou essencialmente a etnia, a localização da residência e a posição na hierarquia social, tendo concluído que cada comunidade de fala tem a sua própria cultura. Este autor desenvolveu uma teoria geral que procura captar as relações entre comunicação e cultura e que viria a tornar-se uma referência no âmbito da etnografia da comunicação – a Teoria dos Códigos de Fala (Speech Codes Theory).

Nessa teoria, Philipsen considera cinco proposições que se referem, respectivamente, à distinguibilidade, substância, interpretação, local e força dos códigos de fala:

- i) Onde quer que exista uma cultura distinta, deverá encontrar-se um código de fala distinto;

- ii) Um código de fala envolve uma psicologia, uma sociologia e uma retórica culturalmente distintas;
- iii) A significância da fala depende dos códigos de fala usados pelos falantes e ouvintes para criar e interpretar a sua comunicação;
- iv) Os termos, regras e premissas de um código de fala estão inextricavelmente tecidos na própria fala;
- v) O uso adequado de um código de fala partilhado é uma condição suficiente para predizer, explicar e controlar a forma de discurso sobre a inteligibilidade, prudência e moralidade do comportamento comunicativo.

Não podemos deixar de lembrar o trabalho de Bernstein e os códigos restrito e elaborado sendo que, no entanto, Bernstein estudou princípios de codificação, isto é, regras que governam aquilo que dizer e como dizer num contexto particular. Por exemplo, como já vimos, o *princípio de codificação elaborada*, ou seja, usar meios novos, complexos, para comunicar intenção; comunicação de significados originais e pessoais; adaptação ao ouvinte enquanto pessoa original e única. E o *princípio de codificação restrita* em que se confia menos na comunicação verbal e mais no contexto compartilhado presumido, enfatizando a ratificação de compreensões compartilhadas acerca do status. Philipsen também procurou códigos de fala, mas de forma mais exploratória e etnográfica. Este autor vê o código como sistema de símbolos e significados, acerca do domínio cultural da 'comunicação'. Aqui, os códigos são recursos que implicam definição de pessoa, relação, modo como a comunicação liga as pessoas - uma forma distintiva de ser, dizer e ouvir.

Como é que tudo isto pode fazer sentido para a comunicação na sala de aula? A relevância e o papel da comunicação intercultural

O conhecimento da comunicação intercultural não se pode considerar por si mesmo como suficiente para resolver os problemas de comunicação que possam surgir, nomeadamente no âmbito de uma sala de aula. O senso comum apoiado pela evidência empírica demonstra que a comunicação pode dividir ou agravar as diferenças que existam entre as pessoas.

Os principais objectivos do estudo da comunicação intercultural incluem a compreensão do impacto da cultura sobre a comunicação, o desenvolvimento da capacidade e da habilidade de perceber e considerar pontos de vista alternativos e, ainda, o desenvolvimento de habilidades para realizar investigações em contextos interculturais e multiculturais, e para interpretar os resultados dos estudos empíricos na área.

Os esforços e a investigação desenvolvidos para expandir a aplicação dos conceitos da comunicação interpessoal ao domínio intercultural possibilitaram, entre outros aspectos, determinar que a comunicação intercultural difere de outras formas de comunicação humana apenas na medida em que diferem entre si os comunicadores.

O modelo conceptual de "homogeneidade/heterogeneidade" de Sarbaugh (1979) propõe um quadro sistemático para distinguir a comunicação denominada intercultural da comunicação intracultural. Nesse modelo, é estabelecida uma constante de homogeneidade-heterogeneidade na qual se situa um par heterogéneo de um lado e um par homogéneo do outro ao mesmo tempo que são classificados como níveis intercultural e intracultural, respectivamente. Apesar de reconhecer a não existência de tipos ideais de pares heterogéneos nem homogéneos, Sarbaugh estabelece que a heterogeneidade dos participantes pode expressar-se por meio de pontos junto à constante que designa como níveis de intercultural. Nesse quadro, a suposição básica de Sarbaugh é que a comunicação se torna mais difícil e diminui a sua eficácia conforme a heterogeneidade dos participantes aumenta.

Também Gudykunst (1980) avançou com uma proposta interessante para o desenvolvimento da teoria da comunicação intercultural. Utilizando a noção de "comunicação com estranhos" como um quadro conceptual para estudar a comunicação intercultural, Gudykunst define a comunicação intercultural como um subgrupo da comunicação com estranhos de diferentes culturas nacionais, pelo que considera que o processo fundamental da comunicação é o mesmo sempre que um indivíduo comunica com um estranho; porém, se um dos inter-comunicadores provém de uma cultura nacional diferente, deve tomar-se em consideração o efeito cultural dos seus respectivos comportamentos. O quadro de referência proposto por Gudykunst apoia-se, assim, no reconhecimento de que o processo de comunicação intercultural não é único, mas que reflecte o processo básico da comunicação interpessoal, o que permite ao investigador centrar a sua atenção na dinâmica interpessoal do encontro, onde é muito provável que ocorram problemas e falhas de comunicação.

Os participantes em encontros interculturais interagem apoiando-se em suposições culturais próprias, as quais funcionam como 'filtros' das mensagens que trocam. O quadro de referência cultural em que cada comunicador interpreta as mensagens pode variar de uma diferença mínima a uma máxima em que algumas dessas diferenças podem ser óbvias, ao passo que outras podem ser mais subtis. O êxito ou o fracasso da interacção dependerá, em grande medida, da familiaridade dos participantes com os antecedentes do(s) interlocutor(es), as percepções das diferenças que os separam e a reciprocidade do(s) propósito(s). Se se consideram tão diferentes de modo que a comunicação exija um esforço extra da sua parte, poderão continuar a manter a comunicação com a intenção de conseguir alcançar os objectivos complementares ou mútuos, embora, por outro lado, possam também decidir terminar a comunicação devido ao facto de considerarem que o resultado esperado não merece o esforço efectuado.

O conceito de "diferença cultural" é, assim, uma dimensão importante da comunicação intercultural e sugere que certos aspectos da cultura podem afectar o grau de eficácia comunicativo. Estes aspectos ordenam-se hierarquicamente de tal forma que alguns podem apresentar maiores efeitos do que outros. O conceito de diferença cultural também proporciona uma orientação na preparação de um inventário de componentes culturais que provavelmente intervêm nas interacções pessoais ou intergrupais, os quais poderão explicar as respostas diferenciais aos actos comunicativos. Porém, a dimensão crítica que a categoria de diferença cultural representa não exclui o conceito de semelhança como outra dimensão da comunicação intercultural. A teoria básica da comunicação estabelece que a identificação de semelhanças entre os participantes é um aspecto importante da interacção. Para que se possa manter uma relação de comunicação estabelecida entre participantes de culturas diferentes, finalmente deverão chegar a um ponto em que percebam mais semelhanças do que diferenças entre si. Alguns estudos sobre os contactos interculturais parecem reforçar esta crença, e costumam concluir que quanta mais informação tenhamos sobre os outros participantes, mais familiares nos parecerão e considerá-los-emos mais semelhantes a nós mesmos (Bochner, 1982).

Algumas variáveis culturais da comunicação

Entre as variáveis culturais identificadas como potencialmente problemáticas no processo de comunicação intercultural encontram-se as seguintes: língua, códigos não verbais, concepção ou visão do mundo, papel desempenhado nas relações e padrões de pensamento. Nesta comunicação por razões óbvias, descreveremos e caracterizaremos sucintamente cada uma das variáveis mencionadas.

A língua é o factor mais óbvio na comunicação intercultural. As pessoas acumulam, compartilham, dão e recebem informação através da língua. O desenvolvimento de uma língua no contexto de uma cultura particular, reflecte, necessariamente, essa cultura. Sapir e Whorf, por

exemplo, consideram hipoteticamente que a língua influencia o que se percebe, e também o modo como se interpreta. A hipótese de Sapir e Whorf influenciou muito o pensamento sobre a forma como se considera a língua em relação à cultura e no estudo da comunicação intercultural acredita-se amplamente que o significado atribuído à palavra é, pelo menos em parte, o resultado das diferenças e das experiências culturais.

Os códigos não-verbais também desempenham um importante papel na comunicação intercultural. Porém, os seus efeitos sobre os comportamentos comunicativos não são tão fáceis de observar, já que as mensagens não verbais costumam operar ao nível inconsciente, pelo que os códigos não-verbais, tal como o código linguístico, estão sujeitos também à influência cultural.

Outro factor a considerar na comunicação intercultural é o que representa a concepção do mundo. Esta, a representação da concepção interna de um indivíduo ou de um grupo, a qual é moldada e organizada de acordo com os preconceitos culturais, que reflectem valores básicos, crenças e atitudes, considera-se como um dos mais importantes mecanismos cognitivos que influenciam a comunicação. Muitas vezes, a concepção do mundo é descrita como contendo três dimensões: o propósito da vida, a natureza da vida e a relação do homem com o cosmos, isto é, um conjunto nuclear fundamental de pressupostos que explicam as forças culturais, a natureza da humanidade, a natureza do bem e do mal, o acaso e a necessidade, o papel do tempo, a natureza dos nossos recursos físicos e naturais, etc. etc.. No quadro da comunicação intercultural, a importância da concepção do mundo serve como um “filtro” perceptivo para as mensagens recebidas e é também utilizada como base para interpretar os factos e as actividades observadas. Por ser tão fundamental, a visão do mundo afecta a comunicação e o conhecimento das suas estruturas constituintes pode melhorar a comunicação interpessoal e intercultural.

O conceito de papel a desempenhar nas relações dentro do contexto da comunicação interpessoal e intercultural proporciona um conhecimento da maneira como a cultura mantém uma ordem social e controlo entre os seus membros. O papel nas relações pode organizar-se de acordo com a idade, o sexo, a situação social, o parentesco, o poder, a riqueza e o conhecimento e a manifestação comportamental de cada uma destas relações pode variar de uma cultura para outra; por outro lado, as divisões hierárquicas do status e as divisões horizontais de exclusão e inclusão também são afectadas pelas diferenças culturais.

Finalmente, o padrão de pensamento refere-se à análise da informação proveniente das impressões e experiências na vida quotidiana e indica como os indivíduos organizam as suas ideias e definem as suas fontes de conhecimento partindo de conceitos fundamentais. As diferenças nos padrões de pensamento podem ser um obstáculo muito sério para a comunicação devido à tendência dos participantes em qualquer evento de comunicação em projectar as distorções percebidas na mensagem da outra parte.

Os factores culturais que acabamos de esboçar proporcionam um quadro de referência em que se podem fixar as diferenças culturais, e onde se podem aplicar os princípios básicos da comunicação no processo da interacção entre participantes de culturas diversas.

As vias da investigação em comunicação intercultural

Em certo sentido, o campo da investigação em comunicação intercultural pode dividir-se em duas tradições principais: uma assente na abordagem funcionalista e outra numa abordagem pós-estruturalista. A tradição de investigação funcionalista tem tentado analisar o(s) modo(s) como a cultura influencia ou melhor, influenciaria, a comunicação. O foco tem consistido em identificar a cultura como barreira a uma comunicação mais eficaz. A tradição de investigação funcionalista inclui também investigação sobre a competência de comunicação que tenta estabelecer critérios para

determinar quais as características necessárias para que uma pessoa adquira competências interculturais.

O trabalho de Geerd Hofstede, *Culture's Consequences* (1980), teve uma influência enorme sobre a tradição investigativa da comunicação intercultural. Hofstede investigou as relações entre empregados e gestores em quarenta culturas diferentes e, com base nesse estudo, desenvolveu quatro dimensões: distância ao poder (pequena/grande), incerteza evitamento-ansiedade, individualismo-colectivismo, masculinidade-feminilidade. Essas dimensões assentam na ideia de que as culturas são culturas nacionais homogêneas que não mudam ao longo do tempo. A maior parte das vezes, as dimensões de Hofstede são usadas de forma pouco crítica apesar do facto de terem sido desenvolvidas há quase 30 anos.

Com *Communication with strangers* (Gudykunst & Kim 1984), foi dado um passo importante na tentativa de descrever o processo de comunicação intercultural. Defendem que devemos ver a comunicação intercultural como um processo dialógico e o seu modelo descreve a comunicação intercultural interpessoal como a troca de mensagens e feedback entre as pessoas A e B com filtros psico-culturais, sócio-culturais e culturais. Os autores explicam o seu modelo da seguinte maneira: "Sem compreender os filtros dos estranhos, não seremos capazes de interpretar com precisão ou prever os seus comportamentos" (Gudykunst & Kim, 1984: 35). Relacionado com a abordagem pós-estrutural, o modelo não considera o aspecto do poder, dando, porém, a possibilidade de pensar em diferenças sociais e deixando em aberto a possibilidade de categorização com culturas nacionais como as dominantes e mais relevantes em qualquer processo de comunicação.

Comparativamente com as propostas funcionalistas, a abordagem pós-estruturalista não parece, à primeira vista, muito útil, mas, por exemplo, Collier & Thomas (1988) discutem a comunicação intercultural do ponto de vista do indivíduo e definem comunicação intercultural como "... quem se identifica como distinto do outro em termos culturais" (Collier & Thomas 1988: 100). Esta definição difere do pensamento então dominante ao tomar o seu ponto de partida no actor em vez de na cultura. São as interpretações do participante que determinam a que cultura a pessoa pertence.

Proveniente de uma outra tradição, Muneo Yoshikawa (1987) estuda o diálogo intercultural. Yoshikawa publicou um pequeno artigo em que apresenta 'The Double Swing Model'. Trata-se de um modelo que consiste num símbolo de infinito ou, melhor, uma banda de Moebius em que Yoshikawa é influenciado por Martin Buber que trabalha com uma dualidade na relação entre 'tu e eu'. Com este modelo Yoshikawa sublinha que ambas as partes na comunicação desempenham o papel de emissor e destinatário. No modelo "double-swing", a comunicação é encarada como um processo infinito em que os dois participantes mudam durante o encontro. Yoshikawa sublinha que o objectivo da comunicação não é eliminar diferenças mas usar a dinâmica que surge durante o encontro.

Considerando aquilo que fica dito e, especialmente, o que se entrevê, de um ponto de vista comunicacional, diferenças interculturais podem ser identificadas como diferenças de códigos verbais e não-verbais, comportamentos e sistemas de significação. Essencialmente, as diferenças de base cultural entre comunicadores proporcionam um contexto de comunicação especial. Deste ponto de vista, a cultura não se confina a padrões de vida de grupos convencionalmente reconhecíveis, isto é, grupos nacionais, étnicos ou raciais, mas está aberta a todos os níveis de pertença a grupos (por exemplo, idade, género (sexo), profissão ou estatuto social e económico) cujos padrões de vida influencia, os comportamentos individuais e os sistemas de significação. Deste ponto de vista, toda a comunicação pode ser tomada como comunicação intercultural e o grau de "interculturalidade" de um encontro comunicativo depende do grau de heterogeneidade entre as experiências dos participantes (Gudykunst & Kim, 1984; Sarbaugh, 1979).

È neste quadro que se torna possível considerar o seguinte modelo de comunicação intercultural e a possibilidade da sua aplicação à sala de aula.

Um modelo de comunicação intercultural e possibilidade de aplicação didáctica

Este modelo pode resumir-se à fórmula seguinte: do encontro e interacção entre a Cultura A e a Cultura B, surgirá a Cultura C.

Um ponto crucial deste modelo é a *cultura adaptativa*, *cultura C*, criada como resultado das forças em presença decorrentes da percepção de diferenças entre A e B. A gama completa de características adaptativas é referida como uma cultura adaptativa. A ideia da terceira cultura não é nova; desde há algum tempo que investigadores têm mencionado alguma forma de significado, comunalidade, ou crescimento em conjunto (coalescência) como uma estratégia importante (Casmir 1993, 1999 e Harris & Moran 1991). Porém, neste modelo sugere-se que uma nova cultura criada entre dois indivíduos ou grupos resulta de uma tendência para o 'conforto' comunicativo é artificialmente criada e torna-se um lugar temporário em que os interactantes se ajustam entre si num contexto de busca de um estado de equilíbrio ou, para utilizar uma terminologia proveniente da área da teoria geral de sistemas, de homeostase. Quase todas as pessoas desenvolvem um conjunto de procedimentos ou estilos adaptativos quando colocados face a incerteza ou ansiedade. Procurar uma cultura adaptativa, confortável, entre pessoas é uma das necessidades humanas que a maioria das pessoas experiencia ao lidar com a diversidade. Alguns comportamentos adaptativos resultantes desta "cultura" artificialmente criada são disfuncionais. Outros comportamentos culturais adaptativos são funcionais e levam a experiências positivas e a resultados eficazes.

O clima resultante do desenvolvimento da cultura C pode funcionar positiva ou negativamente dependendo das mudanças em três áreas. Em primeiro lugar, tem de existir *um sentimento positivo* em relação à outra pessoa ou grupo (muitas vezes designado como *nível afectivo*), como a confiança, o conforto, a segurança, a afirmação, uma baixa ansiedade.

A segunda área necessária para tornar bem sucedido o clima da terceira cultura envolve o reconhecimento de *crenças* que trazemos para encontros interculturais (frequentemente chamado *nível cognitivo*). Inclui expectativas, incertezas, incompreensão de regras ou procedimentos, um sentido de estratégia para competência de comunicação, e activação de indícios que façam surgir cognições sociais negativas ou positivas (como, por exemplo, estereótipos e atributos).

Uma terceira área necessária à construção do clima da terceira cultura é a *competência de comunicação intercultural*. O que significa desenvolver acções e capacidades de acompanhamento (designado como *nível comportamental*), tal como, por exemplo, a performance comunicativa verbal e não-verbal.

Bibliografia

- Banks, J.A. e McGee-Banks, C.A. (1989) *Multicultural education*, Needham Heights: Allyn & Bacon.
- Bernstein, Basil (1971) *Class, Codes and Control: Theoretical Studies Towards Sociology of Language*. London: Routledge & Kegan Paul.
- _____ (1996) *Pedagogy, Symbolic Control and Identity: theory, research critique*, London: Taylor & Francis.
- Bochner, Stephen (ed.) (1982) *Cultures in Contact: Studies in Cross-Cultural Interaction*, New York: Pergamon Press.
- Carbaugh, Donal (1990) 'Culture Talking About Itself' in Carbaugh, Donal (ed.) (1990) *Cultural Communication and Intercultural Contact*, Hillsdale: Erlbaum.
- Casmir, F. L. (1993). 'Third-culture building: A paradigm shift for international and intercultural communication' in Deetz, S. A. (ed.) (1993) *Communication yearbook 16*, Newbury Park: Sage, pp. 407-428.

- _____ (1999) 'Foundations for the study of intercultural communication based on a third-culture building model' in *International Journal of Intercultural Relations*, 23, 91–116.
- Collier, Mary Jane & Thomas, Milt (1988) 'Cultural Identity - An Interpretive Perspective' in Kim & Gudykunst (eds.) (1988) *Theories in intercultural communication. International and Intercultural Communication Annual*, volume XII. Newbury Park: Sage.
- Gudykunst, W. B. & Kim, Y. Y. (1984) *Communicating with strangers: An approach to intercultural communication*, New York: Random House.
- Harris, P.R. & Moran, R.T. (1991) *Managing cultural differences*, Houston: Gulf Publishing Company, 3^a ed.
- Hofstede, Geert (1980) *Culture's Consequences: International Differences in Work-related Values*, London: Sage.
- _____ (1991) *Cultures and Organizations: Software of the Mind*, London/New York: McGraw-Hill.
- Hymes, Dell (1974) *Foundations in Sociolinguistics: An Ethnographic Approach*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Kincaid, Lawrence (ed.) (1987) *Communication Theory: Eastern and Western perspectives*, London: Academic Press inc. Harcourt Brace Jovanovich College Publishers.
- Philipsen, Gerry (1989) 'An Ethnographic Approach to Communication Studies' in Dervin, Brenda; Grossberg, Lawrence; O'Keefe, Barbara & Wartella, Ellen (eds.) (1989) *Rethinking Communication: Paradigm Exemplars*, Newbury Park: Sage, pp. 258-269.
- _____ (1992) *Speaking Culturally: Explorations in Social Communication*, Albany: SUNY Press.
- Sarbaugh, L. E. (1979) *Intercultural Communication*, Rochelle Park: Hayden Book Company, Inc..
- Yoshikawa, Muneo (1987) 'The double-Swing Model of Intercultural Communication between the East and the West', in Kincaid, Lawrence (ed.) (1987) *Communication Theory: Eastern and Western Perspectives*, London: Academic Press inc. Harcourt Brace Jovanovich College Publishers